

Ata da 09ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do AM/ 2024.

Às oito horas e cinquenta do dia quatorze do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se em reunião ORDINÁRIA, na sala de reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/AM, presidida pela secretária Andreza de Souza Silva. PRESENTES: Jane de Souza Nagaoka – SES; Alcione Lelo Reis – SEDUC; Tereza Celeste Freire de Moura Pangaio – SEAS; Roberto Said de Oliveira – SEFAZ; Everaldo Ramos dos Santos – SEC; Jaqueline Nogueira da Silva – SEJUSC; Viviani Niceia Noronha – SSP; Margarete Rocha Torres – CÁRITAS; Márcia Maria de Souza Miranda – CNBB; Maura de Jesus Pantoja Medina – Centro de Formação Vida Alegre; Neila Regina Souza de Melo – CASA DE SARA; Janiel Oliveira Cundes – MCVE; Maria Wanderlice Solartes da Cruz – MCVE; CONVIVADOS: Rosalina Moraes Lôbo - SEJUSC; Suzete Oliveira - SEJUSC; Mayara Carvalho Trindade Zurra – COIJ-TJ/AM; Ennio Queiroz de Oliveira - CEDCA. JUSTICADOS: Amanda Cristina Gomes Ferreira – IACAS; Izys Maria Rodrigues dos Santos – IACAS; Andréia Costa Fernandes- OAB.

Da pauta constou-se: A secretária Geral Andreza de Souza Silva (SEJUSC) presidiu a nonagésima reunião Ordinária do CEDCA/2024, e iniciou desejando um bom dia a todos os presentes, Da pauta constatou-se: a) Família Acolhedora: A secretária Andreza de Souza Silva (SEJUSC) aparentou a Sra. Mayara Carvalho Trindade Zurra, Secretária Administrativa da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (COIJ-TJ/AM), e passou a palavra para a mesmas apresentar uma breve explanação sobre a criação de um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) que envolve o órgão gestor da Assistência Social, o Conselho do Assistente Social, o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, o Poder Judiciário e o Ministério Público, dentre outros órgãos. De acordo com Mayara, esse grupo será dedicado ao planejamento de estratégias e ações integradas voltadas à implantação, ampliação e qualificação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, em conformidade com a Recomendação Conjunta no artigo nº 2, de 17 de janeiro de 2024. Mayara explica que inicialmente, foi criada uma minuta, em conjunto com a Dra. Romina Carvalho (Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional à Infância e Juventude -CAO-IJ) e com a Dra. Scarlet Viana do Juizado da Infância, para ser apresentada ao conselho,







tendo em vista a tomada de decisões em conjunto para a melhor formação desse grupo. A sugestão é que o executivo tome a liderança, sendo o coordenador no Serviço de Família Acolhedora e tendo apoio do TJ. A minuta foi elaborada, falta apenas finalizar, e é de extrema importância o quanto antes definir o *encaminhamento*, pois o prazo está encerrado, tendo em vista também a definição de uma data para uma reunião para convidar outros órgãos. A presidente da reunião Andreza (SEJUSC), sugere a criação de um grupo no WhatsApp com os representantes de cada setor para a tomada de decisões e datas, o qual facilitaria o acesso de todas as informações. Para que o prazo limitado seja cumprido, e para definir quem irá liderar. A secretária Andreza de Souza Silva (SEJUSC), pergunta dos demais conselheiros a respeito da criação do Grupo no WhatsApp para definir em conjunto com todos do colegiado, ela explica que neste grupo será colocado possíveis datas para haver uma reunião e da mesma decidir quem vai liderar, seguindo a sugestão da secretária administrativa Mayara (COIJ/TJAM), para que seja o poder executivo. Em seguida abre votação, TODOS ESTÃO DE ACORDO. O conselheiro Roberto Said de Oliveira (SEFAZ), faz o questionamento sobre a portaria conjunta e a definição do planejamento de orçamento que menciona o Fundo, ele questiona qual seria o fundo, pois de acordo com a Lei do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA) do amazonas, fala que as movimentações cabem ao Conselho, então é ele que aprova. Mayara explica que como o que foi apresentado é uma minuta, então pode ser alterado. A presidente da reunião Andreza de Souza Silva (SEJUSC) sugere que caso haja alteração seja apresentado na reunião do grupo de trabalho GT que será criado. Em seguida, dá as boas-vindas a Secretária Rosalina Lôbo (SEJUSC), e pede que para que a mesma apresente sua equipe: Suzete Oliveira (SEJUSC), do departamento de planejamento da Secretaria de Estado de Justica, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC. b) o que houver: Andreza de Souza (SEJUSC) passa a palavra para a conselheira Margarete Rocha Torres (CÁRITAS), para que apresente a solicitação a respeito da Orçamento 2025, por isso o convite e participação da Sra. Suzete Oliveira (SEJUSC), para dar todo o esclarecimento e tirar qualquer dúvida. A conselheira Margarete Rocha (CÁRITAS), coloca em aberto a sua dúvida desde a 8° Reunião Ordinária do CEDCA, realizada na DEPCA, a qual foi feito questionamentos para as secretárias a respeito de alguma previsão, uma rubrica, ou uma unidade orçamentária para a manutenção do Centro Integrado – C.I, pois a sua preocupação é a prestação de serviço quando o Centro for inaugurado. A única que sinalizou financiar suas próprias



35 36

37 38

39

40

41 42

43 44

45

46

47

48 49

50

51

52

53 54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64 65

66







despesas foi a Defensoria Pública, mas não houve nenhuma menção das outras secretarias. Ela sabe sobre a existência de um termo de cooperação, mas não sabe se ele está oficializado e como o prazo para a emenda, se estende até o dia 20 de novembro de 2024, na Assembleia Legislativa do estado do Amazonas (ALEAM), precisa desse esclarecimento porque talvez seja interessante propor uma emenda. Suzete Oliveira (SEJUSC) faz o esclarecimento que deve haver uma definição, e um levantamento do rateio desse custeio porque certamente todos devem se responsabilizar por uma parte. A secretária Andreza de Souza Silva (SEJUSC) pontua a unidade Orçamentária que vai abrigar essa rubrica, existe, o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FECA, e a própria Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, que pode cuidar da manutenção, mas é preciso ser dito, da onde vem o recurso, se o Conselho vai captar esse recurso para a manutenção, a qual existe uma lei (lei do Centro Integrado) que aponta que é a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC. A conselheira Jaqueline Nogueira da Silva (SEJUSC), pontua que o que diz respeito à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, é a manutenção das áreas comuns. A secretária Rosalina Lobo (SEJUSC), pede a fala e menciona a reunião realizada no dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro (13/11/2024) com a secretária da Secretaria de Estado de Saúde – SES, cuja secretaria ainda não está formalmente confirmada dentro do Centro Integrado como um serviço de saúde, dada a negativa da esfera municipal. Então foi recomendado recorrer ao serviço Estadual, sendo assim, a secretária da Secretaria de Estado de Saúde – SES, assumiu a pauta. A secretária Rosalina menciona o trabalho de sensibilização junto aos outros órgãos estaduais para que seja compreendido o real papel de cada um dentro centro Integrado, inclusive pontua que a SEJUSC, entende que não há pessoas para isso, por isso, já foi providenciado um novo processo seletivo para contratação de pessoas para o Centro Integrado. Já está incluso no processo seletivo da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM, a contratação de pessoas, assim como nas novas demandas para aumentar o corpo técnico como psicólogas e assistentes sociais que *irão* compor este centro. A secretária continua e pontua que a Lei está vaga sobre a implantação, e sobre o recurso que foi apontado que não tinha um direcionamento inicial dentro do sistema, onde tinha apenas uma atuação genérica, por essa questão foi realizada uma reunião com a MPT, para alinhar aquela possibilidade de uso para uma eventual ampliação do Centro, e não só



68 69

70

71 72

73

74 75

76

77

78

79

80

81 82

83

84

85

86

87 88

89

90

91 92

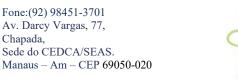
93

94 95

96

97

98 99







implantação nos moldes de adequação com base na ATA, a qual está sendo usado como suporte, onde a Suzete Oliveira (SEJUSC) e sua equipe possa fazer as adequações financeiras das rubricas adequadas para que tudo fique de acordo na prestação de contas. Nesse sentido, a responsabilidade é mútua, tanto da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, quanto do Conselho para conseguir captação de recursos para o fundo destinado ao Centro Integrado, por ser uma luta coletiva, da busca por captações. A conselheira Margarete Rocha (CÁRITAS), volta a falar sua dúvida se há um recurso, uma rubrica ou um valor já destinado para a manutenção. A secretária Rosalina Moraes Lobo (SEJUSC) responde que ainda não há nenhuma, mas está sendo articulado com todos os parlamentares e se o conselho tiver algum parlamentar padrinho do conselho e da causa da infância, se una e busque um remanejamento. O conselheiro Roberto Said de Oliveira (SEFAZ), fala sobre mensuração do quanto vai ser preciso, e do ideal para o conselho ser a criação de um plano de atividade para 2026 específica do Centro Integrado dentro do Fundo da Criança e do Adolescente – FECA, e quando for aprovado na Lei Orçamentária, será com a finalidade da sua destinação apenas para o Centro Integrado e causa da Criança e do Adolescente, sendo capaz de suprir as necessidades do Centro Integrado. Mas ainda não foi realizada a mensuração do quanto será necessário de equipamento por ano, o quanto vai ser necessário de consumo, o quanto vai ser necessário para o pagamento de mão de obra, do serviço de limpeza etc. Ele continua e fala que hoje, quem sustenta o contrato de limpeza é a delegacia, mas se questiona quando o Centro estiver funcionando, quem manterá. Pois, depois da inauguração do Centro Integrado a Delegacia não será mais uma delegacia comum, e essa gestão deve ser feita de uma atividade exclusiva do Centro Integrado. Sendo feito dessa forma e sendo aprovada a Lei Orçamentária todos os anos, a manutenção do Centro Integrado vai estar garantida. A conselheira Jane Nagaoka (SES) inicia sua fala a respeito da lei 5959 de 2022, que cria o Centro Integrado a lei estadual fala que o Centro Integrado está vinculado à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, e o "Art. 5.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias específicas." Ela propõe que o colegiado entre em consenso, de detalhar o que deseja, ou a criação de uma rubrica específica do Centro Integrado, a média e longo prazo, por não ser para agora, e sim para o ano que vem, mas deve ser trabalhado o quanto antes, com o que se tem das atribuições de cada Secretaria de Estado, então podemos concordar para que cada órgão consiga auxiliar



101

102

103

104105

106107

108

109110

111

112

113

114115

116

117

118119

120

121

122

123

124

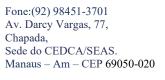
125126

127

128129

130

131 132







nesse processo de manutenção. Dentro da lei ela fala sobre a criação do Conselho Gestor do Centro Integrado, o colegiado precisa se impor sobre isso. A secretária Rosalina Moraes Lobo (SEJUSC), pontua sua consulta com a Suzete Oliveira (SEJUSC), sobre a atual sobra dos recursos da implantação e o remanescente para ser concordado em ATA, ou em conjunto com o MPT, para ser remanejado para a manutenção inicial. A conselheira Jane Nagaoka (SES) volta a falar que quando se aborda sobre a manutenção do Centro Integrado, deve ser claro a respeito do recurso gasto, por ser um detalhamento mais necessário, de necessidade para dentro do Centro Integrado como materiais de expediente, material lúdico, a compra de brinquedos, deve ser tudo especificado para o que será gasto este recurso. Ela menciona que o Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual - SAVVIS, ficou sem saber o que fazer por ser uma decisão política da aprovação daquelas atribuições que estão na Minuta, e o processo voltou de novo para a caixa da Secretaria de Estado de Saúde – SES, a partir disso, a tratativa está com mais de um mês com a coordenadora estadual do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual – SAVVIS, ela tem a responsabilidade de impor-se sobre essa minuta de Cooperação Técnica, em pensar se o SAVVIS será credenciado como um serviço de saúde, para assinarmos esse termo de cooperação técnica até janeiro. A conselheira Margarete Rocha Torres (CÁRITAS) menciona que já tem uma minuta de projeto para solicitação de emenda parlamentar e que irá finalizar para apresentar para os deputados que estiverem dispostos a ouvir. Sendo assim, outros três conselheiros Roberto Said (SEFAZ), Janiel Oliveira (MCVE), Andreza (SEJUSC), Jaqueline Nogueira (SEJUSC), Viviane (SSP). Em conjunto decidem na solicitação do valor inicial de de quinhentos mil reais (500.000,00) para a manutenção do Centro. A secretária Andreza de Souza Silva (SEJUSC) diz ser necessário estudos com o grupo gestor para esse termo de cooperação técnica coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania -SEJUSC e a Casa Civil, e põe em VOTAÇÃO para finalizar essa pauta, TODOS CONCORDAM. A secretária Rosalina Moraes Lobo (SEJUSC), pontua a respeito das colocações políticas e menciona que a deputada Debora Menezes remanejou cento e vinte mil reais (120.000) de uma antiga emenda para o Centro Integrado para a manutenção, o qual não será mais preciso tirar do Fundo do Centro Integrado. c) Comissão de Orçamentos e Finanças - Atesto do pagamento da obra, atesto de equipamento e Pedido de capacidade técnica; O conselheiro Roberto Said de Oliveira (SEFAZ), apresentou fotos e o resumo do processo de construção do primeiro mês da



134135

136

137138

139140

141

142143

144145

146

147

148

149

150

151

152153

154

155

156

157

158

159

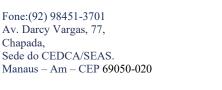
160161

162

163

164

165







obra do Centro Integrado, com o relatório da medição que a empresa entrega para fazer o pagamento e explica que o que é necessário enquanto Conselho é aprovar esse valor de 291.601,69 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos e um reais e sessenta e nove centavos) do Fundo para que a SEJUSC faça um repasse para a empresa. O atesto é submetido para VOTAÇÃO, ATESTO APROVADO. Rosalina Lobo sugere que ao haver algo relacionado a obra o CEDCA será informado da forma mais rápida e urgente possível e sugere que seja realizado reunião Extraordinária. Dessa forma, com a concordância de todos, é deliberado que quando houver alguma medição da obra deve haverá Reunião Extraordinária online para a tomada de decisões. O conselheiro Roberto Said (SEFAZ) menciona a Comissão de Orçamentos e finanças e a busca por captação de recursos como a secretária Rosalina Lobo (SEJUSC) havia falado anteriormente, e concorda com a necessidade dessa busca por captação de recursos, mas expões que na Lei 2368 do FECA de 1995, no artigo nº 4, "os repasses administrativos do fundo e seu controle e contabilização subordinam-se diretamente a SEJUSC, observada a programação aprovada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente", ele explica que essa programação que são os recursos do Fundo devem ser aprovadas em Reunião do Colegiado. A titular da pasta da SEJUSC, sendo o(a) ordenador(a) de despesas dá a ele(a) a responsabilização, para dar a destinação desse dinheiro. E que se em algum caso, ocorra a destinação desse dinheiro sem a aprovação deste conselho, o responsável estará infringido a legalidade. Como Conselho, os recursos do Fundo deverão primeiramente ser APROVADOS por ele, assim como a lei da criação do Fundo fala. Ele menciona que deve haver o alinhamento do fluxo financeiro do Fundo para trazer essa segurança para o Conselho, para dar início à procura de recursos. E pontua que o CEDCA nunca foi contra a Secretaria. A secretária Rosalina Lobo (SEJUSC) pontua sobre sentir falta da participação e das deliberações socioeducativas do Conselho, diz "é preciso que o Conselho traga à tona a respeito da responsabilidade dos Conselheiros Tutelares, juntamente com os Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes -CMDCAS, é preciso deixar claro a Prioridade das crianças." Suzete Oliveira (SEJUSC) pontua que o conselho precisa elaborar seu planejamento estratégico para quatro (4) ou cinco (5) anos sendo preparado para a provação e em seguida a busca por recursos. Este assunto deve ser pauta para a próxima reunião. A conselheira Jane de Souza Nagaoka (SES) pontua a respeito das suas inquietações existentes desde a sua entrada ao Conselho, que foi a falta do conhecimento amplo do que é os Direitos da Criança e do



167168

169

170

171

172

173174

175176

177

178179

180 181

182

183

184

185 186

187

188 189

190

191192

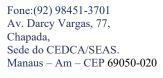
193 194

195

196

197

198







Adolescente no Estado do Amazonas, porque neste espaço são feitas as deliberações, mas não aborda muito bem a respeito das políticas, e seria de grande contribuição para o conselho a construção de um *Plano de Ação* e do *Plano de Gestão*. Pontua sobre o termino da gestão passada e falta de indicadores, tendo a necessidade da organização do colegiado, e enquanto Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, até para a capacidade de subsidiar os munícipios. É necessário o colegiado entrar em um consenso, para valorizar o Governo nessa iniciativa para aproximar mais o mesmo das organizações e da sociedade civil. Os munícipios precisam também de um subsidio maior do Conselho, e todos como conselheiros precisam saber quais são os recursos necessários, que estão sendo realmente aplicados do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FECA, e diz "e falo por mim, que não sei quais são os programas, projetos e ações, que já estão amarrados no fundo, e se tivermos essas informações já seriam de extrema importância para todos", e como sugestão diz "é preciso marcar uma reunião a respeito desse assunto para ser trabalhado em conjunto, com o conhecimento desse subsídio para sabermos o que temos de recurso e o que a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC está implementando no custo de ações, e o que pode ser feito, como acordo de deliberações. E o colegiado do CEDCA, como representante do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FECA, deve elaborar um Planejamento Estratégico. E nunca deixar fora de assunto o Socioeducativo, a primeira Infância, e a saúde do adolescente, é preciso ampliar as possibilidades de atuação do Conselho, para subsidiar os munícipios porque eles também precisam do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, e os conselheiros municipais também. Se for possível objetivar para ser dado um encaminhamento". O conselheiro Roberto Said (SEFAZ) diz "para deixar claro, o que é preciso a agora é a busca por recursos". Em seguida dá-se por encerrada essa pauta. d) o que houver: A conselheira Jane de Souza Nagaoka (SES), aborda a respeito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei – PNAISARI, a qual será feito a primeira reunião dia 18 de novembro ás 14 horas, na SES, que será falado um pouco da importância de ter um GTI municipal, aqui na cidade de Manaus, mas a ideia do GTI Estadual é ampliar e subsidiar os munícipios, porque estão cumprindo as medidas e não estão sendo contemplados nas técnicas da saúde, apesar de existir um política nacional. Ela apresenta a folha informativa. Explica que é preciso fazer com que as Secretarias Municipais de Saúde façam o devido acompanhamento desses adolescentes para que



200

201

202

203

204

205206

207

208

209

210

211

212

213214

215

216

217

218219

220

221222

223224

225

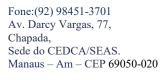
226227

228

229

230

231







eles consigam se contemplar dentro dos direitos a saúde e o do direito à vida. E como foi solicitado, o CEDCA foi convidado e deve indicar titular e suplente. É colocado em votação e as conselheiras Viviani Niceia Noronha (SSP) e Maura de Jesus Pantoja Medina (Vida Alegre), serão as representantes deste Conselho. e) Recomendação Técnica para aquisição de Notebooks para equipagem do Centro Integrado; O conselheiro Roberto Said (SEFAZ), pontua sobre a indicação da SEJUSC a respeito da aquisição de Notebooks que inicialmente seria um quantitativo de vinte (20) unidades que serão comprados com o recurso da doação do MPT, destinada ao Centro Integrado. Por questão de organização, a comissão de Orçamento e Finanças- COF deliberou a redução do quantitativo para dez (10) pois havia uma deliberação interna onde 10 iriam para o Centro e os outros 10 para o CEDCA, para capacitação com os conselheiros tutelares e demais atividades. A deliberação da COF foi que esse recurso seja usado apenas para a materiais destinados ao Centro Integrado, e pontua que os computadores para o Conselho serão adquiridos de outra maneira que já está sendo articulada. Além disso, a comissão delibera que seja computadores de mesa, ao invés de Notebooks. A secretária Rosalina Lobo (SEJUSC), pontua sobre anteriormente já ter apresentado um projeto de compra dos computadores de mesa previstos para os postos de trabalho em um quantitativo maior que 10. A secretária sugere que seja comprado os 20 notebooks e que os mesmos equipem a sala de reunião do centro integrado que já possui 20 lugares, e caso a equipe do CEDCA/ SIPIA precisem fazer capacitação, já terá um lugar equipado no próprio centro. A secretária Andreza de Souza Silva (SEJUSC), coloca em VOTAÇÃO para serem vinte(20) notebooks para dentro do laboratório do Centro Integrado, TODOS ESTÃO DE ACORDO. A secretária Andreza (SEJUSC), delibera pauta próxima reunião a apresentação do T.I da SEJUSC para elaboração de um planejamento estratégico. f) Comissão de Políticas Públicas - Resolução ECAM E PPCAM; Os conselheiros Janiel Oliveira (MCVE), Jane Nagaoka (SES) e Margarete Rocha (CÁRITAS), fizeram a elaboração de uma síntese de aprovação da Resolução da Escola Ouvindo Conselhos do Estado do Amazonas – ECAM, após a leitura, resolução APROVADA; A Resolução do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte – PPCAM, foi SUSPENSA pois haverá reunião com o Jurídico da SEJUSC para mais esclarecimentos. g) Formação do SIPIA e nova agenda; Leitura e informes sobre a capacitação que ocorrerá em Janeiro de 2025. h) Escolas Privadas e Ações de Prevenção: A secretária Andreza de Souza Silva (SEJUSC) inicia a pauta sobre as Escolas privadas e Ações de



233

234

235

236

237

238

239240

241242

243244

245

246247

248

249

250251

252

253

254255

256

257

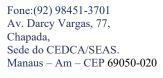
258259

260

261

262

263 264







Prevenção, pontua que esse conselho deve ser para todas as crianças. E aborda sobre a questão que Conselho não pode fazer ações de prevenção nas escolas de âmbito privado, por não ser permitido a entrada do mesmo em escolas particulares. Contudo, são crianças que podem sofrer algum tipo de violência dentro do ambiente escolar, para o aproveitamento da fala da secretária Rosalina (SEJUSC), menciona convocar o sindicado das escolas particulares para reunião neste conselho, para que seja abordado os incômodos. Outro fator, são os adolescentes que hoje em dia acham que suas ações não trazem consequências, nessa questão a secretária Andreza (SEJUSC) pede a mobilização da secretária Rosalina, para contribuir com o sistema socioeducativo a fim de trazer um 'choque de realidade" para esses adolescentes. A conselheira Viviani Noronha (SSP) traz a tona o caso recente "Matt", onde tinham algumas escolas que ele constantemente coagia, e havia também crianças altamente sexualizadas na primeira Infância. Outro caso, são a exposição de crianças em redes sociais como na plataforma "TIKTOK", plataformas como essa, crianças não deveriam ter acesso. Viviani menciona que a Delegacia Especializada Em Proteção À Criança e Ao Adolescente – DEPCA, é precisa de intervenção nesses lugares. É preciso mostrar que existem Centros Socioeducativos e que todos aqueles adolescentes que infringem a lei podem ser presos. i) o que houver: A secretária Andreza de Souza Silva (SEJUSC) informa sobre o convite encaminhado pelo deputado João Luiz, para o dia 21 de novembro, onde o conselho receberá uma placa de homenagem em Alusão ao dia Nacional do Compromisso com a Criança e Adolescente. A conselheira Margarete Rocha Torres (CÁRITAS) se predispôs a representar este conselho. Entra em votação e TODOS CONCORDAM. i) Ofício de solicitação da troca de componentes no grupo de trabalho: A conselheira Margarete Rocha Torres (CÁRITAS) representará o conselho no Grupo de Trabalho para elaboração de fluxo de atendimento inicial dos adolescentes em conflito com a lei. A secretária Andreza de Souza Silva (SEJUSC) agradece a participação de todos e nada mais a ser tratado dar-se por encerrada a 9° reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/AM.

293294

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276277

278

279

280

281

282

283284

285

286

287288

289

290

291292

295

296

297 298 **Andreza de Souza Silva** Secretária Geral – CEDCA/AM

www.sejusc.am.gov.br instagram: @cedca.amazonas facebook.com/CEDCA

